



AS MISSÕES DAS MARINHAS — UM PANORAMA GERAL

Gualter Maria Menezes de Magalhães

Almirante-de-Esquadra da Turma de 01 Abr 37, promovido ao posto atual em 31 Mar 74.

Possui os cursos da Escola Naval, de Imediato e Comandante de Caça-Submarino (na U.S. Naval Fleet Sound School), Naval Training School Diesel (Estados Unidos), de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, Superior de Comando da Escola de Guerra Naval, e de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra.

Comandou diversos navios em operações de guerra durante a Segunda Guerra Mundial, foi Comandante do Cruzador Tamandaré, da Força de Cruzadores e Contratorpedeiros, da Força Aeronaval, do Grupo Tarefa Brasileiro na Operação Unitas e Comandante-em-Chefe da Esquadra.

Foi também Adido Naval no Peru, Chefe do Gabinete do Ministro da Marinha, Comandante do 3º Distrito Naval, Diretor-Geral do Pessoal da Marinha e Secretário-Geral da Marinha.

Atualmente é o chefe do Estado-Maior da Armada.

I — A VALIDADE ATUAL DO PODER MARÍTIMO

A História, através dos séculos, tem comprovado a superioridade dos Estados ou dos Impérios alicerçados na aplicação do Poder Marítimo, o qual, mediante suas características essenciais — mobilidade e flexibilidade —, tem sido fator preponderante na expansão, consolidação e manutenção de áreas de influência política e econômica.

É notório também que os Estados ou os Impérios marítimos que perderam o *status* de poder dominante cederam-no a outros Estados ou Impérios marítimos.

A disputa pela preponderância nos mares do mundo, que hoje assistimos — entre o Ocidente, representado principalmente pelos Estados Unidos da América, mas com o apoio de seus aliados, e o Leste, cujo representante maior é a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas —, não foge a essa regra.

É que a Rússia, potência tradicionalmente continental, compreendeu que,

para alcançar seus propósitos expansionistas — políticos, econômicos, sociais e militares —, precisa enfrentar, de igual para igual, seus oponentes no campo em que estes, durante muito tempo, mantiveram indiscutível supremacia. Destarte, vem procurando desenvolver aceleradamente os meios flutuantes e aéreos de sua Marinha e estabelecer bases fora de seu território que os possam apoiar tanto em suas atividades em tempo de paz, quanto de guerra. Busca, dessa forma, manter suas forças estrategicamente posicionadas.

A simples constatação dessa disputa comprova, indiscutivelmente, a permanente validade do Poder Marítimo como fator de grande importância estratégica.

Não se trata, apenas, de uma competição entre Poderes Navais, mas de uma surda luta que envolve tudo o que possa concorrer para que um dos lados supere o outro e, assim, obtenha as necessárias condições para impor sua vontade.

Aproveitando-se da chamada estratégia indireta que lhe concede movimentos livres nas águas internacionais, e quase sem oposição em certas águas territoriais, a Rússia tem empregado intensamente os já ponderáveis recursos de seu Poder Marítimo, procurando, desse modo, contestar a supremacia dos Estados Unidos.

Nesse contexto, aquilo de que vamos tratar enfatiza o estudo das missões das Marinhas, uma vez que o cumprimento das mesmas contribui de forma acentuada para o resultado dessa disputa. No entanto, para melhor entendimento da matéria, teçamos algumas considerações sobre Poder Naval, extraídas de um artigo intitulado "Poder Naval e Influência Política", publicado no nº 122, dos *Adelphi Papers*. Conforme ali conceituado, impõe-se considerar como integrantes desse poder não somente os navios de guerra e os demais componentes de uma moderna Marinha, mas, também, todas as outras formas de Poder Militar que possam ser chamadas a desenvolver ações no mar — quer tenham origem em terra, no ar (ainda que sobre terra) ou no espaço exterior. Sabe-se que as Forças Navais, Terrestres e Aéreas operam, agora, em todos os ambientes e não meramente naqueles que lhes deram os respectivos nomes. É, assim, difícil, hoje em dia, separar o Poder Naval dos Poderes Militar e Aéreo, mesmo porque um navio de guerra embora no mar, pode ter que enfrentar ameaças provenientes de terra e do ar, além das do próprio mar. Por outro lado, se se tratar de um submarino portador de mísseis balísticos ou de um navio-aeródromo de ataque, suas missões estarão certamente, voltadas para o bombardeio de alvos situados em terra, até mesmo bem afastados do litoral.

Este trabalho, em consonância com a intenção já manifestada de conceder atenção especial ao estudo das missões das Marinhas, apreciá-las-á acentuando os aspectos pertinentes aos dois maiores Poderes Navais do mundo — o dos Estados Unidos da América e o da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas —, sem deixar, contudo, de abranger, quando julgado conveniente, as atribuições previsíveis para Marinhas detentoras de menor Poder.

II — AS MISSÕES DAS MARINHAS

De acordo com o que foi exposto pelo Chefe de Operações Navais da Marinha dos Estados Unidos, durante o *IV International Seapower Symposium*, a missão da Marinha dos Estados Unidos é:

“Conduzir prontamente operações de combate no mar e sustentá-las em apoio aos interesses nacionais do país.”

É, como se observa, missão muito ampla, compatível somente a Marinhas de dimensões semelhantes às da USN.

Em verdade, nos dias de hoje, talvez apenas as duas Marinhas mais poderosas, já citadas, possam ter a intenção de abranger toda a gama de responsabilidades que semelhante missão encerra:

- Controle de Áreas Marítimas.
- Projeção do Poder Sobre Terra.
- Ação de Presença.
- Deterrência Estratégica.

Quanto à Marinha dos EUA, esses aspectos, de agora em diante também denominados *missão*, que de fato o são, embora se situem num quadro mais restrito, decorrem das responsabilidades conseqüentes à orientação estratégica nacional do país; prover deterrência estratégica; estabelecer o adequado posicionamento, no mar, das Forças Navais, em apoio aos aliados e para proteção dos interesses do país; e garantir a segurança das linhas de comunicações que o ligam a seus aliados e, também, daquelas que ficam entre os Estados Unidos Continental e as áreas do mundo que lhe são vitais, embora, nesse caso, nem sempre sejam aí mantidas Forças Navais significativas. Tais responsabilidades são executadas de acordo com planos combinados de que participam as nações aliadas da superpotência ocidental.

Convém esclarecer que, neste trabalho, o termo *missão*, pelo fato de encerrar idéia de tarefa a empreender, não se apresenta sob a forma preconizada pela BM: tarefa mais propósito.

O Controle de Áreas Marítimas

O controle de áreas marítimas é considerado como a principal missão das Marinhas. A conceituação do termo — evolução da antiga concepção adotada por Mahan — pode, até certo ponto, ser esclarecida pelo que foi exposto por Winston Churchill, em 11 de outubro de 1940, na Câmara dos Comuns:

“Quando falamos de Domínio dos Mares, isto não significa domínio de todas as partes do mar no mesmo momento, ou em todos os momentos. Significa apenas que podemos fazer prevalecer nossa vontade em qualquer parte do mar que possa ser selecionada para operações e, assim, indiretamente, fazer nossa vontade

prevalecer em todas as partes dos mares.”

Isso talvez fosse verdadeiro para a Grã-Bretanha àquela época. Entretanto, não parece aplicável a todos os casos, visto que, hoje em dia, o equilíbrio do Poder Marítimo entre as grandes potências e, em particular do Poder Naval, pode impedir resultados indiretos definitivos.

Os próprios Estados Unidos, sentindo as grandes dificuldades emanantes de suas responsabilidades dividiram-nas, conforme já mencionado, com seus aliados, o que, sem dúvida, indica que as destes serão complementares das suas, embora também importantes.

A União Soviética, é claro, também não se ilude e tem consciência de que obter o Domínio dos Mares sob a forma conceitual antiga — usar o mar em proveito próprio e negar seu uso pelo inimigo — é tarefa praticamente impossível. O que ela busca, sob este aspecto específico, é obter o controle de áreas marítimas de seu interesse, pelo tempo que lhe for necessário ou possível.

Quanto às nações que possuem Poder Naval menos significativo é possível que, em alguns casos particulares, possam obter o domínio de certas áreas marítimas durante algum tempo, mas isso não lhes concederia o domínio de amplas áreas dos oceanos por período indefinido.

A importância do controle de certas áreas marítimas é uma consequência da proteção necessária às facilidades que as vias marítimas oferecem ao transporte comercial e militar; do interesse que cada vez mais se acentua na exploração e exploração dos recursos das águas, do solo e subsolo subjacentes; da influência que pode exercer no estabelecimento de um direito do mar e dos reflexos que tem sobre as demais missões das Marinhas e, em alguns casos, também sobre as operações pertinentes a outras forças singulares. Embora abranja o controle dos espaços que se situam sobre, na e sob a superfície das áreas marítimas afetadas, só é exercido onde e quando for necessário. Essas limitações advieram do desenvolvimento do submarino e do avião.

Um exame, mesmo ligeiro, na História Marítima revelaria ter havido, nos séculos XVIII e XIX, um período de tempo em que o controle dos mares podia ser conceituado sob forma muito mais ampla, pois a existência de uma poderosa Esquadra Britânica permitia um domínio quase absoluto dos oceanos. Os portos inimigos eram vigiados de perto, navios de guerra eram concentrados para derrotar os do inimigo ou, pelo menos, para forçá-los a voltar a suas bases. Com o advento da propulsão a vapor, os britânicos sentiram a necessidade de contar com estações de apoio — principalmente para abastecimento de carvão — e com a possibilidade de controlar áreas focais vitais. A intenção era a de manter a capacidade de posicionar vantajosamente forças mais poderosas que as do inimigo para um engajamento final, antes que este tivesse a oportunidade de usar os mares em seu próprio benefício. Tal estratégia enquadra-se no conceito de Domínio do Mar espousado por Mahan, que se traduz em negar ao inimigo o uso do mar, e assegurar em proveito próprio esse mesmo uso.

As estratégias navais britânicas e germânicas, na I Guerra Mundial, refletiram a herança das idéias de Mahan. Ambas as Marinhas acreditavam que um encontro decisivo de suas Frotas de Batalha definiria o Domínio dos Mares. Daí, a prudência observada nas táticas empregadas na Jutlândia. Os germânicos, entretanto, desafiaram a confiança que seus inimigos depositavam em uma Frota de Batalha de poder superior, empregando, primeiro, *raiders* de superfície e, depois, a guerra submarina sem restrições. A reação a esse desafio foi no sentido de tentar o bloqueio da saída dos *u-boat* para o Mar do Norte, por meio do estabelecimento de campos minados, medida que resultou infrutífera.

Poucos foram os estrategistas que perceberam as profundas modificações que o advento do submarino impusera ao, até então, estabelecido conceito de Domínio dos Mares, e, assim, os preparativos para a II Guerra Mundial, tanto por parte dos ingleses, quanto dos alemães, japoneses e americanos, concentraram-se na perspectiva de ações de Frotas de Batalha.

De modo semelhante, poucos estrategistas previram o papel dominante que teria o controle do espaço aéreo sobre uma força de superfície. Mas, em março de 1941, ao largo do Cabo de Matapan, na Grécia, o resultado do primeiro engajamento de superfície, de porte, depois da Jutlândia, demonstrou a importância desse controle, pois a presença de um navio aeródromo nos mios que a integravam permitiu a vitória da Força britânica.

Ao final da II Guerra Mundial, a idéia de negar totalmente o uso do mar ao inimigo e assegurar tal uso em proveito próprio exclusivo havia sido superada pela tecnologia. É que, por um lado, se evidenciara a impossibilidade de negar o acesso aos mares a uma frota de submarinos e, por outro, tornara-se patente que, em certas áreas marítimas, o poder aéreo inimigo tornara a presença de forças navais inaceitável.

Ocorreu, entretanto, que, durante algumas décadas depois da II Guerra Mundial, a Marinha Americana deteve uma tal superioridade em Poder Naval, que a expressão *domínio dos mares* manteve sua antiga conotação.

Todavia, em face dos visíveis progressos tecnológicos, impõe-se nos dias de hoje, a realística conceituação de controle sobre áreas marítimas limitadas e por tempo também limitado. Concebe-se, por exemplo, exercer, temporariamente, os controles aéreo, de superfície e submarino em uma determinada área, enquanto se processa o deslocamento de forças que devam ser projetadas sobre terra.

A análise a que ora se procede é válida para ambos os blocos contendores, excetuado o fato de que, para o Ocidente, as linhas de comunicações marítimas são vitais, enquanto que para o bloco antagonista elas não têm tal importância.

O controle de áreas marítimas foi pelos americanos dividido em dois aspectos, nos quais se inclui a negação do uso do mar:

- Estratégico — que é definido como o conduzido para obter a destruição de forças hostis ao uso do mar, ou para mantê-las a certa distância da área a proteger. Como exemplo, podem ser citadas operações que ocor-

ram nas proximidades de, ou contra, portos ou bases inimigas, operações de barragem ou operações anfíbias para controlar áreas focais.

- Tático — que é definido como o conduzido na área sobre a qual se busca exercer o controle, ou em área situada nas vizinhanças imediatas.

Controle de áreas marítimas

- Requisito para o exercício de todas as Tarefas Navais.
- Impedir a Interdição das Linhas Marítimas de Comunicações para:
- Assegurar suprimento às indústrias.
- Reforçar e reabastecer forças militares.
- Prover suprimentos aos aliados.
- Prover Áreas de Operação Seguras para a Projeção de Poder.
- Controle Seletivo.
- Estratégico.
- Ataque a bases inimigas.
- Interdição de áreas focais.
- Tático.
- Defesa de áreas de operação.
- Escolta.
- Grupos de apoio.
- Comboios.

Podem ser consideradas, de uma forma geral, as seguintes táticas para conseguir o controle de áreas marítimas:

a) Procurar impedir que certos navios inimigos saiam de suas bases. Se for assumido que o lado oponente controlará o espaço aéreo próximo, essa tática dependerá, principalmente, do emprego de submarinos e minas. Embora possa constituir-se na forma mais econômica de controlar certas áreas marítimas, ela também apresenta desvantagens, pois sujeita os meios empregados à atrição dos navios inimigos que já estivessem fora das bases quando iniciada sua aplicação, e à de aeronaves baseadas em terra, que devem, portanto, de preferência, ser destruídas no solo.

b) Atacar o inimigo em passagens que representem verdadeiros estrangulamentos nas rotas que ele precisar seguir, a exemplo de certas gargantas

geográficas.

c) Engajar o inimigo em alto-mar, depois de localizá-lo, para o que se tornam importantes os sistemas de vigilância e de busca. O emprego de satélites, pelas nações que os possuam, ou de aeronaves, é nesse caso, de primordial importância.

d) Tirar proveito do controle relativo já exercido, caso em que o inimigo, na tentativa de interromper esse controle, se verá obrigado a se aproximar até o ponto de lançamento de suas armas, antes do que deverá ser atacado e destruído. Se tais armas forem lançadas, deverão ser destruídas ou desviadas.

No emprego das táticas de controle de áreas marítimas, duas técnicas de natureza passiva merecem menção particular: o despistamento e a intimidação.

- **Despistamento** — a consecução dos objetivos do controle de áreas marítimas não exige, necessariamente, a destruição das forças inimigas. Se essas forem despistadas de modo a frustrar sua capacidade para atacar, o objetivo do controle terá sido alcançado. Rotas alternativas, dispositivos de despistamento e outras técnicas utilizadas para diminuir a eficiência das buscas são recursos empregados para esse fim.
- **Intimidação** — o conhecimento, por parte de outras nações, da capacidade de um país para exercer o controle de determinadas áreas marítimas, relativamente à de outras grandes potências, pode influenciar decisões políticas e militares.

A Projeção do Poder Sobre Terra

A projeção do poder foi desenvolvida pela Marinha dos EUA, inicialmente como um complemento ao aspecto estratégico do controle de áreas marítimas, empregando aeronaves baseadas em navios aeródromos ou forças anfíbias. Nesse contexto, o uso de forças anfíbias foi imaginado para apoiar forças aliadas, ou mesmo americanas, baseadas em terra, ou capturar posições das quais fosse possível executar vigilância e controle sobre áreas marítimas. Assaltos anfíbios executados por Fuzileiros Navais ou operações de ataque desfechadas por navios aeródromos foram visualizadas para a destruição de bases mantidas pelo inimigo, que representassem ameaças à Marinha dos EUA, ou à sua capacidade para exercer o controle das áreas de seu interesse. Com o desenvolvimento dos mísseis balísticos embarcados, a essas ações concretizadas em diversas oportunidades, somou-se um novo elemento de projeção do poder sobre terra.

A projeção do poder é aplicada mediante o emprego de:

- Assalto Anfíbio.
- Apoio de Fogo Naval.
- Aeronaves Baseadas em Navios Aeródromos.
- Mísseis Estratégicos.

Assalto Anfíbio — os navios têm sido, de há muito, empregados no transporte do Poder Militar para as áreas de conflito. O assalto procedente do mar, arrostando oposição, começou a desenvolver-se, como missão naval, no século XIX. Apesar de alguns resultados negativos que esfriaram o entusiasmo por este tipo de missão, já na II Guerra Mundial e no conflito da Coreia foi testemunhada a sua importância.

Os assaltos anfíbios, como sabemos, são desembarques em território hostil, contra a oposição ali existente, e têm como objetivos, além dos já citados:

- Conquistar território do qual possa ser lançada e apoiada campanha terrestre. Isto é feito em algumas circunstâncias, tais como:
- Quando não existe outro recurso prático, isto é, quando o território inimigo é uma ilha geográfica ou política; e
- Para flanquear e surpreender o inimigo.

Os desembarques em Okinawa e na Normandia são bons exemplos. O propósito do primeiro foi obter uma base da qual fosse possível lançar a invasão ao Japão. O segundo permitiu o ataque ao coração da Alemanha.

- Conquistar área terrestre da qual possa ser lançada e apoiada operação aérea. Exemplo deste caso foi o assalto contra Iwojima, para a conquista de uma área de onde a Força Aérea pudesse atacar o Japão.
- Conquistar território selecionado ou facilidades, para evitar seu uso pelo inimigo. A primeira ação ofensiva da II Guerra Mundial, no Pacífico, foi a captura de Guadalcanal, empreendida para negar aos japoneses as facilidades dos campos de pouso ali existentes, dos quais eles poderiam interditar as rotas de abastecimento dos Estados Unidos, entre Pearl Harbor e a Austrália.
- Destruir facilidades do inimigo, interromper suas comunicações, provocar diversão em seus esforços etc., por meio de incursões anfíbias com retiradas planejadas.
- Apoio de fogo naval — ainda que comumente associado ao assalto anfíbio, o apoio de fogo naval pode ter três outros objetivos:
- Prover apoio direto às tropas que estejam operando próximo ao litoral.
- Interditar deslocamentos ao longo do litoral.
- Prejudicar operações militares ou civis em áreas costeiras.
- Aeronaves baseadas em navios aeródromos.

É interessante assinalar que alguns aspectos da projeção do poder são dificilmente distinguíveis de aspectos semelhantes do controle de áreas marítimas. Isto porque muitas plataformas e armas são empregadas em ambas as missões.

Por exemplo, assaltos anfíbios, ou ataques aéreos a bases inimigas, podem ser realizados em proveito do controle de áreas marítimas. Portanto, a distinção não reside no tipo das forças nem nas táticas que são empregadas, mas no propósito das operações.

Em que isso pese, alguns fazem uma distinção quase absoluta entre os aspectos das duas missões. Um bom exemplo a ser citado é a impressão que têm os leigos de que os navios aeródromos são utilizados exclusivamente para a projeção do poder sobre terra, quando, na verdade, durante a II Guerra Mundial, depois da batalha do Cabo de Matapan, os navios aeródromos foram empregados quase somente para estabelecer o controle da superfície dos oceanos. Hoje em dia, eles têm papéis claros e vitais a desempenhar tanto nas missões de controle de áreas marítimas, quanto nas de projeção do poder.

Antes de concluir esta parte, é oportuno assinalar que a infantaria naval soviética consta de cerca de 12 mil homens organizados em brigadas. A capacidade de transporte é relativamente pequena, e pelo menos aparentemente, não é organizada para projeção do poder a longa distância. Em 1975, havia 12 navios anfíbios de 4.100 toneladas para desembarque de tanques e 60 navios de 780 toneladas, os quais eram distribuídos mais ou menos eqüitativamente pelas quatro esquadras.

- Mísseis estratégicos — A projeção de poder mediante o emprego de mísseis estratégicos está limitado às nações de maior desenvolvimento tecnológico naval — os EUA, a URSS, a França e o Reino Unido. Até o presente, têm sido empregados basicamente mísseis balísticos, mas desenvolvimentos recentes parecem indicar que nova fase será iniciada com o uso de mísseis de cruzeiro, que poderão vir a alterar substancialmente o balanço estratégico até agora mantido entre o ocidente e as nações do Pacto de Varsóvia.

Ação de Presença

Em qualquer situação, exceto em caso de hostilidades reais, todas as nações têm acesso às águas internacionais.

Dessa forma, Forças Navais podem ser posicionadas nessas águas, nas vizinhanças de áreas que se apresentem como críticas, prontas para agir, sem infringir os direitos soberanos de quaisquer Nações.

Aproveitando-se dessa circunstância e da característica de grande mobilidade das Forças Navais — que permitem serem as mesmas concentradas, dispersadas ou movimentadas para assegurar sua sobrevivência — as Marinhas cumprem sua missão denominada ação de presença.

Estatuída de maneira simples, essa missão é configurada pelo posicionamento de Forças Navais, não em guerra, para alcançar os seguintes propósitos políticos:

- Dissuadir ações hostis.

- Encorajar ações amistosas.

Isto pode ser conseguido tanto preventivamente, quanto em caráter de reação.

A diferença reside em que, no primeiro caso, o *show* de presença é realizado antecipadamente, enquanto no segundo, *a posteriori* a uma crise.

Na primeira situação, a capacidade das forças deve ser suficiente para fazer face aos problemas previsíveis e, sem dúvida, não pode ser notadamente menor que a de outras forças que estejam nos arredores. Entretanto, na influência que deve exercer, é levada em consideração a possibilidade de lhes serem enviados reforços adequados. No segundo caso, as forças posicionadas precisam representar uma ameaça imediata e demonstrar credibilidade para enfrentar os desafios que se lhes ofereçam. Se outro Poder Naval estiver presente, será inevitável uma comparação de forças. Deste modo, ao se decidir empregar uma força de presença, deve-se dotá-la de meios adequados à situação que ela poderá encontrar.

Há, basicamente, cinco tipos de ação por meio dos quais uma força de presença pode ameaçar um país:

- Assalto anfíbio.
- Ataque aéreo.
- Bombardeio.
- Bloqueio.
- Sujeição à inspeção.

Numa ação de presença em que se esteja reagindo a uma situação de crise, a tendência é movimentar para a área crítica a força mais poderosa que se possa reunir e deslocar rapidamente. Todavia, para isso são necessários cuidados especiais a fim de evitar que a imagem criada não se coadune com a amplitude do problema. Por exemplo, nenhuma credibilidade teria a ameaça de bombardeio a uma pequena instalação sem importância para a vida de uma nação, mas um assalto anfíbio a uma área vital certamente seria objeto de cuidadosas considerações. Também, por exemplo, deslocar uma poderosa força em apoio a um pequeno governo ameaçado por uma insurreição pode ser, apenas, inquietante e, ao contrário do pretendido, provocar aglutinação contra o referido governo, em virtude do sentimento nacionalista dos povos em geral.

Cabe, portanto, procurar saber como as partes afetadas reagiriam à presença de uma Força Naval.

Dessa forma:

- União Soviética — provavelmente, ao contemplar uma Força Naval de presença dos Estados Unidos, avaliaria seu próprio Poder Naval, disponível na área, em comparação com o da Força americana e, também, à perspectiva de esta Força decidir agir realmente. O principal aspecto comparativo residiria, possivelmente, em procurar saber qual das duas

Forças reuniria mais condições para exercer o controle da área marítima em questão.

- Nações Aliadas à União Soviética — possivelmente, avaliariam as capacidades relativas dos Estados Unidos e da União Soviética nas circunstâncias particulares envolvidas. O principal aspecto comparativo incluiria a verificação da capacidade de os Estados Unidos projetarem o poder de que dispusessem sobre as costas ameaçadas e da capacidade de a União Soviética impedir essa projeção.
- Nações não Aliadas — Há casos em que certas nações não têm condições de invocar a proteção das grandes potências quando se vêm ameaçadas pela presença de Forças Navais. Em circunstâncias como essa, um país, provavelmente, avaliaria a disposição real do país a que pertença a Força Naval para agir contra seu território, face às atitudes internacionais que dessa ação poderiam advir.

A avaliação de terceiras potências pode, assim, assumir aspectos críticos. É, entretanto, fator a considerar a possibilidade de essa avaliação não corresponder à de nenhum dos contendores principais.

Pelos motivos expostos, a ação de presença é missão que, embora tão importante quanto as demais, é a menos compreendida.

Se bem preparada e aplicada, a presença naval pode ser muito útil na complementação de ações diplomáticas para o alcance de propósitos políticos. Pode, também, funcionar como eficiente elemento de deterrência. Se usada de forma inepta, pode ser desastrosa.

Cabe ressaltar que a ação de presença destina-se mais a explorar as potencialidades de uma ameaça do que transformar tal ameaça em ação militar efetiva.

Portanto, para a concepção das operações destinadas a exercer ação de presença, nada é mais importante que a inteligência daqueles a quem couber essa responsabilidade.

Além disso, é preciso lembrar alguns fatos importantes: primeiro, o relativo equilíbrio entre os Poderes Navais americano e russo reflete-se no sentido de limitar as ações de presença com fins coercitivos, pois a presença de forças detentoras de poderes semelhantes, na mesma área, tende a criar inibição; segundo, nem sempre uma das grandes potências tem interesse em colir as atitudes da outra; terceiro, há casos, até, em que seus interesses são comuns, a exemplo do que ocorre em certos aspectos relativos ao direito do mar; quarto, a mudança que se processa na situação jurídica dos mares representa um crescente impedimento de natureza legal para o exercício das ações de presença, pois se violada a situação juridicamente estabelecida pode provocar reações políticas não compensatórias; quinto, certos estados costeiros, embora relativamente fracos, dispõem, agora, de recursos, tais como mísseis superfície-superfície que podem ser lançados de plataformas montadas em terra ou em pequenas embarcações, fato que pode desencorajar atitudes de coerção; e sexto, os choques de interesses políticos pertinentes ao controle das áreas marítimas.

mas pode separar, cada vez mais, as grandes potências dos países do terceiro mundo.

A deterrência estratégica é a mais nova missão das grandes Marinhas. É o resultado do enorme arsenal de armas nucleares que as duas maiores potências possuem e passou a ser uma exigência militar de caráter nacional para ambas.

Suas Marinhas assumiram seus papéis nesse tipo de missão quando obtiveram meios que, de fato, representam pesada ameaça à sobrevivência de cada uma das nações oponentes.

Quanto aos Estados Unidos da América, o aperfeiçoamento das *performances* das aeronaves e a possibilidade de elas portarem armas nucleares habilitou os navios aeródromos a assumirem seu papel nessa nova missão. Em meados de 1960, o desenvolvimento do submarino do tipo *Polaris* reforçou a conveniência de atribuir esse tipo de missão à Marinha. Daí por diante, o desenvolvimento de novos sistemas como os do *Poseidon* e do *Trident* só têm aumentado a capacidade estratégica da Marinha americana.

Por outro lado, a Marinha soviética também aperfeiçoou essa capacidade e conta, de igual forma, com submarinos portadores de armas estratégicas nucleares e, já agora, ingressa no setor dos navios-aeródromos.

Poucas outras Marinhas — a britânica e a francesa — também possuem alguma capacidade incluível na deterrência estratégica, repousando isso em seus submarinos portadores de mísseis balísticos. Mas essa capacidade é muito menos que a da Marinha dos Estados Unidos, funcionando em conseqüência, de forma complementar à desta Marinha.

Os objetivos da deterrência estratégica são:

- Dissuadir um ataque total.
- Fazer um agressor potencial contemplar um ataque não total como um risco inaceitável.
- Manter um ambiente político estável, no qual a ameaça de agressão ou de coerção seja minimizada.

Do lado americano, esses objetivos repousam na capacidade de:

- Manter, uma vez sofrido o primeiro ataque, uma indubitável capacidade de desfechar o segundo ataque.
- Projetar as forças de modo a assegurar que o país não seja colocado em posição inaceitável por um ataque nuclear parcial.
- Dissuadir terceiras potências de atacar o país com armas nucleares.

Para a consecução da primeira dessas exigências, torna-se importante a existência de uma força estratégica de ataque capaz de infligir danos inaceitáveis em qualquer inimigo, mesmo depois que haja atacado. Os submarinos portadores de *Polaris*, *Poseidon* e *Trident* são fundamentais para esse fim, em virtude da alta probabilidade de sobrevivência com que contam.

A segunda exigência requer sejam as forças estratégicas capazes de ataques precisos e de rápidas mudanças na seleção de alvos. Isto porque não seria sensato responder a um ataque parcial às forças estratégicas americanas com um ataque a cidades do país oponente, sabendo-se que este poderia dispor ainda de meios para revidar contra as cidades americanas. Melhor seria, portanto, uma resposta controlada.

Quanto à terceira exigência em razão da grande disparidade entre os arsenais nucleares envolvidos, as mesmas forças de deterrência já citadas são suficientes.

É oportuno assinalar a necessidade de manter uma grande parcela das forças estratégicas de ataque — particularmente dos submarinos pertencentes à Força de Mísseis Balísticos — no mar, em condições de sobrevivência e com poder suficiente para responder a qualquer ataque. Por este motivo, os países que dispõem de forças navais destinadas à deterrência estratégica procuram evitar sua detecção, defendê-las de ataques e tornar seguras as áreas marítimas em que se movimentam. De outra forma, aperfeiçoamentos significativos na tecnologia anti-submarino do inimigo poderiam reduzir a capacidade de sobreviver dos SSBN (Submarinos Lança Mísseis Balísticos).

Apesar disso, há pouca superposição entre a deterrência estratégica e as outras missões das Marinhas. Excetuados os fatos já apontados e a capacidade que ainda possuem os Nae para efetuar ataques nucleares, as forças navais destinadas à deterrência estratégica são quase exclusivamente dedicadas a essa missão.

Embora também mantenha SSBN em atividades de patrulha afastada, a Marinha da URSS não o faz com a intensidade desenvolvida pela Marinha dos EUA. Parece preferir manter tais atividades em áreas próximas a seu litoral, aparentemente contando com o longo alcance de seus modernos mísseis balísticos intercontinentais e para evitar a capacidade anti-submarino dos americanos. Isto poderia significar, também, confiança em que os americanos não iniciariam uma guerra nuclear e que, portanto, sendo iniciativa da URSS, ela poderia posicionar seus SSBN quando e onde lhe conviesse.

Um aspecto relevante da deterrência estratégica é que ela modificou de forma radical a importância dos mares. Se, por motivo do desenvolvimento tecnológico, fosse possível o transporte aéreo, em condições economicamente vantajosas, de tudo o que é hoje transportado pelos navios, o meio marítimo conservaria seu valor militar porque é nele que se movimentam as forças capazes de manter as presentes condições de deterrência estratégica.

III — ASPECTOS RELATIVOS À UNIÃO SOVIÉTICA

Se bem que, no trato dos itens anteriores já se haja, de alguma forma, discutido alguns aspectos relativos à União Soviética, é conveniente ampliar o assunto.

Começemos por considerar que, numa guerra generalizada, as missões das Marinhas ocidentais deverão compreender tarefas cujos resultados, quando reunidos, representem o propósito de contribuir decisivamente para a vitória final.

Nesse contexto, as tarefas mais amplas devem caber à Marinha dos EUA.

A seguir, aceitemos, por ser verdade, que a estratégia militar nacional dos Estados Unidos é orientada por considerações geopolíticas; que esse país é caracterizado por sua posição insular no Continente Norte-Americano, tendo, apenas duas fronteiras internacionais, com amigos de ambos os lados; que ele é isolado do restante do mundo, no Leste e no Oeste, por dos grandes oceanos; que, dessa forma, é orientado para o mar; que um de seus estados, todos os seus territórios e 41 nações com as quais mantém acordos formais de defesa ficam no além-mar; que a mencionada estratégia utiliza os oceanos como barreiras em defesa do país e como caminhos que permitem manter as relações e o comércio externos; e que é fato incontroverso depender o comércio mundial do transporte marítimo.

É para apoiar tal estratégia que existe a Marinha dos Estados Unidos, cujos requisitos de composição repousam nos seguinte fatores:

- A própria estratégia que deve apoiar.
- A ameaça que deve ser enfrentada para que seja atendido o primeiro fator.
- O risco decorrente dos dois primeiros fatores.

Não vamos imaginar que a União Soviética não saiba de tudo isso. Além de o saber, reconhece que é o principal antagonista a tudo que é expressado pela estratégia dos Estados Unidos. Em termos de Marinhas, as Forças Navais soviéticas também são as principais oponentes das Forças integrantes da Marinha dos EUA, principalmente em razão de sua capacidade para a guerra submarina. Isto significa que a Marinha soviética representa a maior ameaça à Marinha dos Estados Unidos e dela emana a grande maioria dos riscos que esta enfrenta. Por isso mesmo, influi de forma acentuada na composição da Marinha dos EUA. Mesmo porque se, em tempo de paz, as Marinhas são utilizadas no sentido da deterrência, esta só terá credibilidade se suas Forças Navais possuírem capacidade para prevalecer em tempo de guerra.

É óbvio que, se a Marinha dos EUA deve apoiar a estratégia militar de seu país, a Marinha da URSS também deve estar cometida a missão de apoiar a estratégia da União Soviética. E é, também, claro que, se os interesses — políticos, econômicos, sociais e militares — dessas duas Nações são antagônicos, essas estratégias hão de orientar-se no sentido de apoiá-los. Daí, decorre que a URSS — mesmo podendo prescindir, dentro de certos limites, do uso dos mares, pois não é dependente das linhas de comunicações marítimas para a aquisição de mercadorias ou para ter acesso a seus aliados continentais — tem interesse em evitar que os EUA mantenham o *status* de potência dominante dos mares.

Os argumentos para explicar os motivos pelos quais a União Soviética

abandonou a estratégica, que tradicionalmente mantinha — própria de uma potência continental — para adotar outra compatível com a orientação de uma potência marítima incluem: negar ao Ocidente o uso das linhas de comunicações marítimas que lhe são vitais, especialmente no que concerne ao enfraquecimento do Poder Nacional dos EUA e ao apoio que este possa prestar à Europa; assegurar a seus SSBN o acesso a áreas de patrulha das quais seus mísseis possam alcançar alvos nos EUA; negar ao Ocidente a penetração nas áreas marítimas em que sempre predominaram as Forças Navais da URSS; e disputar realmente com os EUA a hegemonia nos mares.

Para ajudar a negar o uso dos mares, a Marinha da URSS conta, entre outros recursos, com sua Aviação Naval de longo raio de ação.

Para alcançar as necessárias áreas de patrulha, os SSBN têm que ultrapassar a oposição das Forças Navais americanas, provavelmente estruturada em barreiras anti-submarino estabelecidas ao redor das bases soviéticas — por meio de submarinos de ataque e aeronaves de patrulha — ou concentradas em certas áreas focais, a exemplo do espaço existente entre a Groenlândia, a Islândia e o Reino Unido, compostas de aeronaves de patrulha de longo raio de ação, submarinos de ataque apoiados por sistemas de vigilância e aeronaves baseadas em Nae, ou ainda, barreiras próximas às áreas buscadas pelos SSBN russos, compreendidas por forças de escolta e seus helicópteros.

Para negar a penetração nas áreas marítimas de seu interesse a Marinha soviética desenvolveu fortes defesas aproximadas. Além de tudo isso, enfatizou a oposição aos SSBN e às forças de Nae de ataque dos EUA que representam ameaça direta ao território soviético. A prioridade concedida ao fortalecimento da Aviação Naval de longo raio de ação baseada em terra e aos submarinos de ataque provavelmente se relaciona muito de perto com essa preocupação. Vê-se assim que, para a consecução dessa nova estratégia, a URSS vem rápida e paulatinamente desenvolvendo uma enorme Marinha dotada das mais diversificadas capacidades.

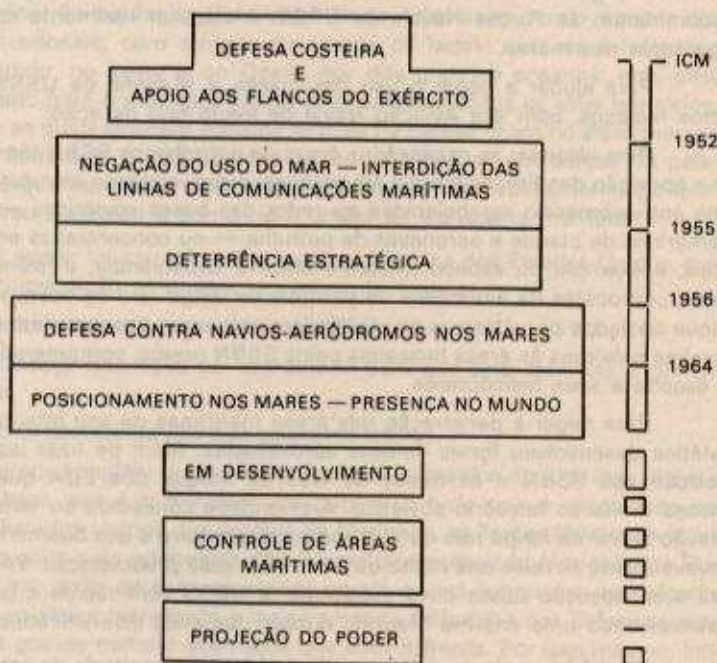
Em 1974, mais de dois anos decorridos, a magnitude da ameaça soviética era representada, em termos gerais por:

- Aeronaves da Aviação Naval — 1.200.
- Navios de Superfície de Porte — 230.
- Navios de Superfície Menores — 1.025.
- Submarinos de Ataque — 250.
- Submarinos com Mísseis Balísticos — 80.

Tais meios incluem: aeronaves navais de ataque de longo alcance, a exemplo do bombardeiro *Backfire*, que é capaz de portar mísseis antinavio; grandes cruzadores anti-submarino, como os da classe *Kara*, que são equipados com sistemas de mísseis e canhões; e submarinos, nas versões de ataque e porta-mísseis, com propulsão diesel ou nuclear, muitos dos quais podem lançar mísseis antinavio, alguns mesmo quando submersos.

Embora a tendência da Marinha soviética seja diminuir um pouco o número de suas unidades, ela será capaz como um todo e, também, no que concerne às unidades individualmente.

Em paralelo com essa tendência de aperfeiçoar a qualidade e a capacidade, é oportuno apontar a evolução das missões da Marinha soviética, que reflete aptidão para executar múltiplas tarefas em águas distantes:



Não é difícil de observar a rápida assunção de missões só desempenháveis por potências marítimas.

E para quê?

A resposta, em que pesem argumentos em contrário, parece residir na decisão de disputar com o Ocidente as vantagens oferecidas pelo uso dos mares, somando-as às potencialidades existentes em seu imenso território, com o fim de criar um gigantesco império, no qual a ideologia dominante seria o comunismo e a vontade prevalecente a soviética.

Não resta dúvida de que, como a dos EUA, a Marinha da URSS está assumindo os riscos inerentes ao desempenho de suas missões. Para isso, a União Soviética está orientada no sentido da aplicação de uma estratégia indireta fundamentada no direito — ou no comportamento das potências marítimas — de navegar por todas as águas internacionais, buscar — mediante acordos e influências —

pontos de apoio em posições estratégicas, preencher os vácuos marítimos que se estão naturalmente formando com a retração de potências ocidentais como a Grã-Bretanha, por exemplo, ajudar comercial, militar e politicamente as nações que solicitem seu apoio ou cedam à imposição do mesmo, exercer influências econômica, diplomática e militar em áreas em que essas atividades sejam favorecidas, enfim, alcançar as etapas no cimo das quais pensa encontrar a hegemonia mundial.

Eis por que se apresenta, agora, em vários oceanos e mares do mundo, ao contrário do que ocorria antes, quando permanecia em suas águas costeiras. Ao se aventurar por esses mares, a Marinha soviética apareceu no Atlântico NE e no Pacífico NW, executando atividades incluídas nos exercícios da Esquadra; depois buscou o Mediterrâneo, onde tem mantido presença mais marcante; desde 1968, mostra-se no Oceano Índico, embora de forma limitada; a partir de 1969, tem feito cruzeiros intermitentes ao Caribe, inclusive visitado Cuba; e desde 1970, faz-se presente no litoral W da África.

Embora, sob certas circunstâncias, a presença soviética possa ser vista como uma contrapartida ao Poder Naval americano, os exercícios realizados pela Marinha da URSS, pela amplitude de que se revestem e o progresso que denotam, anunciam firme decisão de, espalarem-se as forças dessa Marinha por todos os oceanos e mares, mesmo naqueles que sempre foram tidos como no amplo domínio do Ocidente. Isto parece confirmado pelo fato de haver sido estabelecido um padrão de operações em águas distantes com o apoio de reabastecimento no mar, em que pese a intenção de demonstrar organização estratégica defensiva.

Em conseqüência de suas atividades, a Marinha da URSS tem podido:

- Verificar a capacidade de durar no mar.
- Adquirir experiência para o desempenho de tarefas.
- Familiarizar-se com os meios ambientes em que pensa irá operar, em situação de conflito, mais cedo ou mais tarde.
- Pesquisar táticas para interceptar as linhas de comunicações marítimas vitais ao Ocidente.
- Fazer ação de presença, para obter dividendos políticos.
- Verificar os melhores posicionamentos estratégicos para as Forças Navais.
- Demonstrar aptidão para garantir a exploração e a exploração dos recursos dos mares.
- Impressionar nações no sentido de que tem condições para assumir a hegemonia marítima.

Outros sintomas de que a Marinha da URSS contempla perspectivas mais amplas do que meramente opor-se à América, são o contínuo programa de construção de SSN (Submarinos de Ataque) e de outros tipos, o que indica forte ênfase no sentido de criar efetiva capacidade de cortar as linhas de combate marítimas oci-

dentais, fato também corroborado pelo elevado poder de fogo, forte capacidade de primeiro ataque e alta velocidade de seus navios, em detrimento das qualidades exigidas para longas permanências no mar. Isto talvez explique as palavras do Almirante Gorshkov, ao declarar que a criação de uma Marinha Oceânica da qual se espera o cumprimento qualitativo de novas missões exigia desenvolvimento significativo da Arte Naval soviética.

IV — DISPOSIÇÃO DAS FORÇAS NAVAIS AMERICANAS

Uma vez que não é possível às Forças Navais cumprirem suas missões sem que estejam adequadamente posicionadas, verifiquemos, agora, esse problema em relação à Marinha dos EUA.

O gráfico ora projetado apresenta a disposição das principais Forças Navais americanas, para fazer face à ameaça soviética e atender à estratégia militar nacional de seu país.

Essa disposição mantém, normalmente e a grosso modo, nos mares, dois terços das Forças Navais, prontas para combate. Um terço das forças de emprego geral é empregado nas duas Esquadras de além-mar — a 6ª, no Mediterrâneo, e a 7ª, no Pacífico Oeste. O segundo terço das unidades de combate prontas está baseado nos portos americanos e compõe a 3ª Esquadra da Costa Oeste e área do Hawai, ou a 2ª Esquadra que tem responsabilidade no Caribe no Atlântico. Tal distribuição serve às exigências a que devem atender as Forças Navais de emprego geral americanas: poder ofensivo para derrotar forças hostis rotineiramente presentes no teatro de operações; e poder defensivo suficiente para superar ataques de surpresa de forças inimigas concentradas. Essas exigências apóiam-se na mobilidade das Forças Navais, qualidade que permite seja variada a quantidade de unidades numa área, pelo rápido deslocamento dos meios necessários. O restante da esquadra está, normalmente, no período correspondente aos diversos tipos de manutenção e modernização.

Conforme se pode deduzir, tal disposição de força exige um alto grau de independência logística, pois as bases que se tornassem necessárias no estrangeiro poderiam não estar disponíveis, ou ser negadas temporariamente por decisões políticas, ou ainda capturadas pelo inimigo. Isto impõe que os navios transportem grandes quantidades de itens de consumo, que tenham boas qualidades marinheiras para enfrentar condições adversas de tempo por longos prazos e sejam capazes de navegar grandes distâncias sem reabastecimento em portos ou bases. Por este motivo, há necessidade de que disponham as Forças Navais de recursos para reabastecimento no mar, de modo que os itens consumidos possam ser substituídos na área de combate. Sobretudo, pelo fato de as Forças Navais precisarem operar afastadas de suas bases nacionais, ou mesmo longe de bases amigas, é imperioso que disponham de aviação embarcada, baseada em navios aeródromos, ou de helicópteros e *Vtol* embarcados em outros tipos de navio.

É evidente não ser dispensável um excelente sistema de comando e comu-

nicações, a fim de que seja possível coordenar as atividades estratégicas e táticas das forças e executar as tarefas de vigilância e busca. Além desse sistema, também apóiam as operações os sistemas de informações e logístico.

V — CONSIDERAÇÕES SOBRE A MARINHA DO BRASIL — IV

O exame do gráfico em projeção — e consideradas, ainda, as responsabilidades da Marinha dos EUA no Atlântico N — revela que, quanto ao Atlântico Sul, avultam as missões que são atribuíveis às Marinhas da Costa Leste da América do Sul.

Parece óbvio, todavia, que, no caso de uma guerra generalizada, tais Marinhas atuariam num contexto em que também estariam envolvidas as Marinhas mais poderosas do mundo ocidental. Dessa forma, contribuiriam, na medida de suas possibilidades, para o esforço desenvolvido pelo Ocidente, mas certamente estariam muito preocupadas com suas necessidades vitais.

A Marinha do Brasil, País amplamente dependente do mar e, sobretudo, da importação de petróleo, teria responsabilidades enormes, mesmo considerados, apenas, os interesses vitais do País: proteção e defesa do tráfego marítimo costeiro, defesa do litoral, das instalações industriais situadas nas proximidades do mesmo, das instalações marítimas situadas nas águas territoriais e participação na proteção das linhas de comunicações marítimas internacionais do interesse do País.

Para visualizar a magnitude dessas tarefas, basta observar o gráfico ora em exposição, que demonstra a enorme área oceânica com que se defronta a costa brasileira, as linhas de comunicações marítimas mais importantes para a sobrevivência da Nação e os riscos a que estão sujeitos os meios que podem ser empregados para garantir essa sobrevivência.

Quanto ao tráfego marítimo, pode ser dividido em dois componentes básicos:

— O costeiro, responsável pelo transporte do petróleo bruto das áreas de produção para as refinarias, dos derivados de petróleo das refinarias para as bases de distribuição, do carvão catarinense para as siderúrgicas de São Paulo, Rio e Minas Gerais, do sal do Nordeste e do trigo do Sul para as regiões de consumo, e de outros de menor relevância; e

— O de longo curso, responsável por cerca de 98% do comércio externo. Esse tráfego intercontinental alcança praticamente todo o mundo, destacando-se no setor da exportação, as rotas da Europa, do Japão e da Costa Leste dos Estados Unidos e, no de importação, as rotas do petróleo, particularmente a do Oriente Médio, através da qual o País recebe 75% do petróleo que importa, ou 60% do que consome. Não é demais destacar que algumas áreas atravessadas pelas rotas de interesse do Brasil são autênticas incógnitas político-estratégicas, destacando-se, entre elas, o Golfo Pérsico, o Canal de Moçambique, o Sul da África e o Golfo da Nigéria.

Conclui-se, portanto, que o Atlântico Sul é uma via de comunicações importante, imprescindível, mesmo, para o Ocidente em geral e para o Brasil em particular.

VI — A DISPOSIÇÃO DAS FORÇAS NAVAIS SOVIÉTICAS

Assim como tratamos da disposição das Forças Navais americanas, é necessário que o façamos, também, em relação às da União Soviética.

Além das Forças Navais dispostas em diversas áreas marítimas do mundo, como já foi exposto, a Marinha da URSS mantém, normalmente, outras nas:

- Esquadra do Norte.
- Esquadra do Báltico.
- Esquadra do Mar Negro.
- Esquadra do Pacífico.

O exame da localização dessas forças revela que todas elas estão confinadas em suas sedes, precisando atravessar áreas focais para alcançar o mar aberto.

Assim, a Esquadra do Norte depende da passagem do Mar de Barents para o Mar da Noruega, ao sul das Ilhas Spitzbergen e, mais para o sul, do espaço formado pela Groenlândia, Islândia e Reino Unido; a Esquadra do Báltico tem que passar pelo Estreito de Oresund — entre a Dinamarca e a Suécia — a fim de que possa alcançar o Mar do Norte; a Esquadra do Mar Negro precisa atravessar o Estreito de Bósforo; e a parte da Esquadra do Pacífico, que tem sede em Vladivostok, precisa demandar os Estreitos da Coréia, Tsushima, Tsugaru ou Soya para sair de seu confinamento.

A ênfase na alta velocidade e no estado de prontidão pode, desta forma, indicar a necessidade de chegar às áreas focais antes que as forças ocidentais o façam.

VII — O AMBIENTE MARÍTIMO FUTURO

As missões desempenhadas pelas Marinhas, no passado, e as que, atualmente, estão sendo cumpridas, servem, sem dúvida, de fundamento à perspectiva de futuras missões. Mas, é preciso imaginar, com base no desenvolvimento da conjuntura internacional, que novos papéis poderiam ser exigidos das Marinhas.

O nº 123, dos *Adelphi Papers* de 1976 publica interessante artigo que abrange esse tópico.

A fim de não mutilar as idéias ali expostas, segue-se a sua tradução:

"A preocupação americana a respeito do Oceano Índico não está ligada principalmente à intensidade da presença naval soviética, de *per se*, mas ao possível aumento dessa Força com o propósito de ameaçar o suprimento de petróleo proveniente do Golfo Pérsico. Somente 7,9% do petróleo americano é importado do Golfo, mas quanto ao Japão os números crescem para 79,6%. E, no que respeita à

Europa Ocidental, para 64%. Assim, a proteção das linhas vitais de comunicações marítimas ressurgiu com importância prioritária no rastro da crise energética.

É necessário, entretanto, ser bastante preciso acerca dos perigos prospectivos para as linhas de comunicações marítimas internacionais, a fim de avaliar as possíveis tarefas das Marinhas das superpotências, a eles relacionadas.

Um desafio soviético durante tempo de paz, na forma de uma tentativa deliberada para interceptar o tráfego mercante para os EUA, ou seus aliados, constituiria um ato de agressão que teria profundas implicações nas relações soviético-americanas. Para a Marinha soviética seria muito árduo manter tal desafio contra a Marinha dos EUA, em áreas distantes, durante muito tempo. Deste modo, o Poder Naval daquela Marinha seria, presumivelmente, orientado para tarefas de interposição, ao invés de tentar interromper as linhas de comunicações marítimas. Essas tarefas de interposição poderiam ser executadas para antepor-se à tentativas americanas no sentido de forçar o acesso a passagens fechadas ou a matérias-primas embargadas.

Contudo, na ausência de uma séria deterioração das relações soviético-americanas, o desafio à manutenção das linhas de comunicações marítimas viria, inicial e possivelmente, da parte dos estados que controlam pontos-chave de passagem. O Poder Naval pode, assim, ser necessário para prover dissuasão e impedir tentativas de interferência no livre fluxo do tráfego marítimo, por parte dos estados litorâneos. As disputas acerca dos direitos de trânsito nos estreitos internacionais cobertos pelos limites das águas territoriais estendidos até 12 milhas, ou nas águas arquipelágicas, podem fazer com que os EUA engajem em ações policiais do tipo *Gunboat*. E — em razão do crescimento da frota mercante da URSS — não são inconcebíveis operações em conjunto ou tacitamente aceitas pelos Poderes Navais desses dois países. Mas, é preciso assinalar que a disponibilidade de sistemas de mísseis superfície-superfície compactos e precisos e de projéteis guiados, lançados pela artilharia, pode dotar os estados litorâneos de capacidade substancial para resistir à pressão das grandes potências. Além disso, a Marinha chinesa — dotada de pequenas belonaves — pode servir de modelo para outros países que necessitem de meios para lidar com oponentes mais poderosos.

Tentativas sérias para interferir nas linhas de comunicações marítimas poderiam, também, provocar programas significativos de construção naval no Japão e, mesmo, na Europa.

Além de tudo o que já foi dito, seria mais rendoso, na ocorrência de uma guerra, cortar o suprimento de petróleo nas fontes, destruindo oleodutos, refinarias, poços etc., do que reduzir o fluxo de suprimento pelo mar. A estratégia a ser escolhida dependeria, presumivelmente, em grande parte, da magnitude da guerra.

É possível, também, visualizar um tipo de guerra secreta no mar envolvendo principalmente submarinos. O propósito dessas campanhas limitadas poderia ser o de reduzir o moral, pelo aumento dos riscos a que estão sujeitas as patrulhas submarinas ou, em outros contextos, demonstrar a incapacidade dos estados costei-

ros para negar o acesso a águas territoriais. Elas poderiam abranger ações para impedir um submarino estrangeiro de escapar com informações importantes ou para fazer cessar, por meio da deterrência, certos tipos de atividades de informações.

Pode-se, ainda, prever algumas mudanças importantes nas linhas de comunicações marítimas internacionais nas próximas décadas. Os estados industriais do Hemisfério Norte, cada vez mais, têm interesse em áreas mais ao Norte, em razão de fontes de suprimento, principalmente de hidrocarbonetos. Esta tendência poderia fazer surgir a possibilidade de transporte através do Ártico usando tecnologia semelhante à do navio-tanque quebra-gelo semi-submarino, projetado pela Noruega ao preço de US\$ 126 milhões. Desse modo, os tempos de transporte entre a Europa, a América e o Japão poderiam ser significativamente reduzidos e os pontos de estrangulamento, situados no terceiro mundo, evitados. Todavia, parece que o aparecimento desse novo padrão exigiria a cooperação ativa da União Soviética, a qual poderia considerar o aumento do tráfego comercial pelas rotas do Norte incompatível com as exigências do posicionamento seguro de seus SSBN.

Crescentes pressões decorrentes do uso conflitante dos oceanos podem criar incentivos adicionais para acordos entre as superpotências sobre o acesso a zonas exclusivas e a real observância das normas que incidam sobre as zonas assim classificadas.

Mesmo que a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar houvesse obtido sucesso na adoção de um tratado aceitável, permaneceriam muitos problemas envolvendo linhas divisórias, ilhas, linhas-base, direitos de acesso obtidos sob concessão e históricos, intimidação e conflitos decorrentes de inadvertência. Poderiam surgir atritos em consequência da promulgação de leis contendo disposições impraticáveis, daí decorrendo acentuada distinção entre os direitos codificados e as normas a serem seguidas pelas estruturas de policiamento, o que redundaria em sérios problemas para muitos estados incapazes de garantir a observância de seus direitos exclusivos em vastas zonas econômicas. Os estados mais fracos sofreriam, uma vez que as intrusões provavelmente se tornariam mais frequentes nas áreas em que as probabilidades de detecção e a capacidade de compelir ao cumprimento das disposições fossem menores. Não parece provável que as superpotências fossem, regularmente, chamadas para estabelecer e fazer observar a ordem, embora pudessem assumir a responsabilidade de conceder proteção em troca de acesso a recursos. Nesse caso, a União Soviética, sendo um dos grandes países que pescam em águas distantes, teria a mais forte motivação para apoiar, com a sua Marinha, reclamos de acesso, mas a perda em prestígio e influência poderia ser considerável. Pareceria mais provável, que Marinhas menores fossem chamadas a desempenhar funções de vigilância e informação em zonas costeiras disputadas, de maneira semelhante à manutenção da paz em terra feita sob os auspícios das Nações Unidas. Contudo, também se poderia esperar que as Marinhas das superpotências servissem como pontos de apoio para barganhas em negociações sobre direitos concessionários ou acordos de licenciamento.

É a respeito do regime dos fundos marinhos que o Terceiro Mundo tem

conseguido manter-se unido na aludida Terceira Conferência. Na ausência de um acordo sobre os poderes de uma autoridade internacional dos fundos marinhos, as superpotências poderiam deslocar suas Marinhas para assegurar e proteger esforços unilaterais, ou mesmo conjuntos, para a mineração de nódulos de manganês. Se os problemas se delineassem dessa maneira, isto é, com interpretações divergentes, não seria provável que os países do Terceiro Mundo cooperassem na reconstrução da presente ordem marítima. Porém, da mesma maneira que desentendimentos sobre o acesso às fontes de minerais dos fundos marinhos poderiam extravasar para o setor da administração dos recursos costeiros e para as regras e costumes que regulam o tráfego através de estreitos, zonas econômicas exclusivas, águas arquipelágicas etc. o fracasso em regular novos aspectos do uso dos oceanos poderia provocar antagonismos capazes de afetar direitos e códigos de conduta ordeira já estabelecidos.

Se a tentativa para negociar uma lei abrangente para o direito do mar não prevalecer, muito dependerá da habilidade dos estados interessados a consecução de um processo ordeiro de individualização e criação de normas de âmbito limitado, a fim de evitar uma desordem competitiva que poderia causar grandes danos à ordem marítima existente e, bem assim, à segurança do sistema internacional como um todo.

As linhas potenciais de conflito relacionadas com o mar passam por alinhamentos políticos e podem até interrompê-los.

As negociações da Terceira Conferência não tratam somente, ou mesmo primordialmente, da regulamentação e proteção de recursos. Elas abrangem, também, a alocação de recursos — quem receberia o que, quando, como, onde. Assim, estão intimamente ligadas às crescentes exigências para redistribuição de riquezas, equidade e estabelecimento de uma nova ordem econômica.

As instalações de produção de petróleo em mar aberto podem configurar novas exigências de proteção. A capacidade soviética para criar um sério desafio à integridade física das operações de perfuração é indiscutível, mas, dificilmente, apareceria como uma contingência provável em tempo de paz. Os custos seriam muito altos em termos de clima geral de relacionamento político e a vulnerabilidade soviética à retaliação é substancial. No entanto, se o Ocidente tiver a intenção de garantir suprimentos de petróleo em uma grande guerra, os primeiros esforços nesse sentido estarão relacionados provavelmente à estocagem em terra.

Em certas áreas, como as do Mar de Barents, as potências ocidentais seriam incapazes de oferecer credibilidade para resistir a um ataque naval soviético sobre instalações em mar aberto.

Todavia, tarefa mais séria e imediata estaria relacionada ao policiamento dos campos em mar aberto contra a espionagem industrial por navios, à vigilância contra o derramamento de petróleo, à violação das regras de tráfego etc. As superpotências podem ser chamadas a assumir tarefas dessa natureza em áreas além de suas próprias zonas de recursos. Daí, as funções das Marinhas poderem ser amplia-

das e transformadas pelo impacto dos esforços humanos para garantir os tesouros dos recursos dos oceanos.

Provavelmente não surgirão novas Marinhas de superpotências nas próximas décadas. Mas pode desenvolver-se uma multidão de constrangimentos políticos na manutenção e operação de grandes Forças Navais. Acessos a bases poderiam criar fortes problemas ideológicos e reações do Terceiro Mundo, problemas que poderiam ser explorados pela superpotência oponente.

Alguns países têm meios para desenvolver substancial capacidade para alcançar propósitos limitados, como parte de um processo de especialização funcional. Assim, o Japão pode pontificar na vigilância marítima e na capacidade anti-submarino, e, bem assim, em escala menor, o Canadá e a Noruega.

As Forças Navais continuam sendo atributos importantes das grandes potências e também instrumentos visíveis e flexíveis de sugestão, persuasão e dissuasão. Ambas as superpotências têm interesses vitais na Europa, no Oriente Médio, no Subcontinente Indiano e no Pacífico. Alguns desses interesses assumem aspectos mais importantes que outros e as pressões para que sejam atendidos podem provocar reações fortes e imprevisíveis das forças nativas. Na época corrente, de fluidez política e incertezas, como ocorre nas configurações de alinhamento e conflito e na substância dos problemas que determinam as grandes divisões, as Forças Navais permanecem como instrumentos de segurança residual das superpotências. A intensidade com que elas possam vir a confrontar-se diretamente depende em grande parte das relações mútuas entre a União Soviética e os Estados Unidos”.

VIII — CONCLUSÃO

Nenhum país do mundo deseja, em sã consciência, a eclosão de uma guerra generalizada, visto que esta poderia provocar, com facilidade, o holocausto nuclear.

Ao Brasil, só interessa a paz para que possa continuar na senda do progresso, propiciando a seu povo o bem-estar a que faz jus. Não pode, entretanto, este País esquecer-se de que está num mundo em que a segurança é artigo de primeira necessidade e de que, para esta, sua Marinha assume importância vital. Do mesmo modo que os EUA, é uma nação amplamente dependente do mar.

No contexto da situação mundial, face às ameaças presentes, o País insere-se no bloco de nações que se opõem categoricamente à expansão soviética.

E é nesse sentido genérico e no particular da defesa de seus altos interesses que procura, da melhor forma que lhe é possível, preparar sua Marinha.

Transcrito da Revista Marítima Brasileira